

DOSSIÊ

Rio, Capital do Mundo: por uma história dos grandes eventos internacionais

Apresentação

Christian Lynch

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e presidente do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD). Editor da Revista Insight Inteligência.

Pedro Marreca

Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestre em História Social da Cultura pela PUC-RIO. Gerente de Pesquisa do Centro de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Muito já se falou e escreveu do golfo de Nápoles, muito do semicírculo que Constantinopla com sua religião e natureza orientais oferece ao admirado viajante; muito da magnificência do Tamisa e do Tejo, de Copenhague no Belt e de Estocolmo no lago Melar; mas nada disso não vale a entrada do Rio de Janeiro pela baía da Guanabara [...]. Todos sabemos que a natureza é vaidosa: ela se

Muito já se falou e escreveu do golfo de Nápoles, muito do semicírculo que Constantinopla com sua religião e natureza orientais oferece ao admirado viajante; muito da magnificência do Tamisa e do Tejo, de Copenhague no Belt e de Estocolmo no lago Melar; mas nada disso não

vale a entrada do Rio de Janeiro pela baía da Guanabara [...]. Todos sabemos que a natureza é vaidosa: ela se enfeita de flores e de verde folhagem, e gosta de mirar-se com satisfação no espelho do córrego ou do oceano. Mas em parte alguma ela mostra em mais alto grau do que aqui esta qualidade, tão inocente e encantadora, que se não pode considerá-la como defeito. Silenciosas estávamos no convés, em bem-aventurado encantamento, como se um relâmpago nos houvesse carregado de leve magnetismo, a boca não tinha palavras, só as mãos, que mutuamente apertávamos em adoração sem palavras, vibravam convulsas sob a pressão amistosa do entusiasmo e da despedida. É a festa divina da natureza: até os marinheiros tinham furtiva lágrima nos olhos. Quem nunca viu o porto do Rio de Janeiro, não tem autoridade para criticar semelhante sentimento. Não se pode analisar a impressão global, aqui não cabe o despotismo das minudências (Carlos Seidler, 1826).

Desde seus primórdios, a ciência política tem reconhecido o espaço físico onde o poder se acha localizado como uma variável relevante para o desempenho do governo em geral e da democracia em particular. O lugar onde a ação política acontece é fundamental para o exercício do poder: ele modela o comportamento dos atores, serve de compasso ao sentido de suas ações, é o palco onde elas ocorrem e afeta suas consequências e resultados. A politização da arquitetura e do espaço urbano pode ser identificada em três grandes níveis: o da arquitetura como símbolo da identidade nacional; como expressão de um regime político; e como resultado do desenvolvimento político e processos correlatos.

As capitais nacionais, em especial, são espaços de poder relevantes por excelência, onde decisões políticas cruciais de um país são tomadas. Seu ambiente arquitetônico ou urbanístico pode favorecer ou prejudicar a fiscalização ou contestação por parte da sociedade civil, contribuindo para a expressão da democracia. Por ser um aspecto visível, material, espacial das relações e imbricações entre o Estado e a sociedade, a capital não pode

ser estudada isoladamente de seu contexto histórico, das condições sociais e econômicas e políticas onde se situa. Arquitetura e desenho urbanos foram instrumentos a serviço da política, com o objetivo de sancionar o exercício do poder pelo líder e promover a contínua subordinação ou aquiescência dos excluídos.

Os desenhos dos espaços dedicados ao poder em uma capital, assim como sua própria localização, tornam evidentes as estruturas de poder em cada sociedade. Há três tipos de capitais modernas. A primeira delas seria a “evolucionária”, ou seja, das cidades que se desenvolveram e se tornaram capitais de modo mais ou menos orgânico, como Londres, Paris, Viena e Berlim. Esse foi o caso do Rio de Janeiro, desde 1808 como capital formal, e desde 1960-1970, como capital simbólica. Em um longo casamento de quase dois séculos com a nacionalidade, o Rio de Janeiro tem servido ao Brasil como seu maior símbolo em todas as circunstâncias: na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. É sua principal cidade turística; a segunda em renda e população; seu principal polo universitário e de ciência e tecnologia. Por isso, tem sido sempre escolhida como “sala de visitas” do país nos mais importantes eventos internacionais por ele sediados, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), em 1992; os Jogos Pan-Americanos, em 2007; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), em 2012; foi sede do comitê organizador da Copa do Mundo de 2014, abrigando a partida final e a cerimônia de encerramento; a integralidade dos Jogos Olímpicos de 2016; agora, o encontro do G20.

Como se percebe, o Rio de Janeiro não é uma metrópole comum, nem um estado como os outros do Brasil. Na condição de vitrine da nacionalidade, tudo o que nela se passa ecoa no restante do país e afeta sua imagem no mundo. Se Brasília é desde 1960 a *capital federal*, entendida como um espaço neutro em relação ao conjunto de estados que compõem a União, o Rio de Janeiro segue percebido dentro e fora do país como a única *capital nacional* do Brasil. Não está identificada com uma parte ou região do país,

perfeitamente definida em sua identidade, como São Paulo, Porto Alegre, Belém ou Recife. Também não se limita à condição de campo neutro entre elas, como Brasília. Trata-se, diversamente, de um lugar onde aquelas partes se reúnem para produzir uma unidade, na forma de uma síntese do conjunto.

Governado o Brasil de Lisboa desde os primórdios da colonização, a partir de 1808, em virtude da transmigração da Corte, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira capital do Brasil propriamente dito. A atual capital do estado do Rio de Janeiro foi também capital do Vice-Reino de 1763 a 1808; do Reino Unido de 1808 a 1822; do Império de 1822 a 1889; da República de 1889 a 1960. Por 203 anos foi capital oficial do Brasil e, até muito recentemente, sua única “metrópole nacional”. Sua centralidade decorreu do fato de ter sido, desde a origem, porto, centro de logística, da articulação política e da cultura nacional. Nessa qualidade, ela exerceu um papel fundamental na construção do imaginário de unidade nacional, simbolizando o país como um todo. Desse fato decorreu seu atributo único e não compartilhado por nenhuma outra cidade brasileira até a consolidação de Brasília: aquele de capitalidade, cuja função é a de representar a unidade e síntese da nação.

Elemento até hoje fundamental da identidade política do Rio de Janeiro, a capitalidade se manifesta de diferentes maneiras ao longo da história. Nas páginas que compõem o dossiê *Rio, Capital do Mundo: por uma história dos grandes eventos internacionais*, o leitor encontrará artigos que expressam essa vocação para abrigar importantes eventos históricos e projetar a imagem do Brasil para o mundo. O presente dossiê será dividido em duas edições, cada uma contendo cinco artigos e a publicação de um documento que se encontra sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

Abrindo o segundo número do dossiê, o artigo Rio de Janeiro como capital financeira do mundo: a XXII Reunião Conjunta Anual do FMI e Banco Mundial em 1967, de Nathan Morais Pinto da Silva e Ana Paula Marino de Sant’Anna Reis, versa sobre a importante conferência diplomática e

financeira internacional realizada na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1967. Os autores apresentam um interessante balanço histórico trazido a luz por meio da investigação de fontes jornalísticas. A dicotomia entre os interesses de países centrais e os atores internacionais emergentes ganha destaque no debate sobre a governança global que repercute na imprensa brasileira.

A seguir, Sandra Peres Jeronimo, em *Os VI Jogos Parapanamericanos de 1978 no Rio de Janeiro: história e memória do paradesporto no Brasil*, discute os preparativos, a realização e as consequências deste que foi o primeiro grande evento esportivo internacional voltado para pessoas com deficiência no país. Articulando pesquisa bibliográfica com suas próprias memórias, a autora traz a tona uma temática pouco explorada na literatura acadêmica e que dialoga com os recentes grandes eventos esportivos sediados na cidade do Rio.

Rafael Lisboa Salgado Pinha, no artigo *Rio, Cidade Global: o legado intangível dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016*, demonstra como a experiência carioca na organização da primeira edição das olimpíadas na América Sul se tornou uma referência na gestão de recursos, na geração de dividendos econômicos e no estabelecimento de um importante legado para a população. Por meio de levantamento de dados atualizados e de reflexões teóricas concernentes à paradiplomacia e às Relações Internacionais, o autor apresenta uma perspectiva renovada e ampliada acerca desses eventos que projetaram externamente o Rio de Janeiro como relevante cidade global.

De volta à vitrine: o Rio de Janeiro e a retomada dos grandes eventos pós-pandemia de Covid-19, de Maria Helena Carmo e Flávio Lins, apresenta como, historicamente, os grandes eventos constituem parte importante do imaginário da cidade do Rio de Janeiro. Para os autores, mesmo a pandemia de Covid-19, responsável por abalar o setor turístico e impedir a realização de uma série de eventos, não alterou o status do Rio enquanto cidade vocacionada para acolher celebrações, fóruns globais, reuniões

diplomáticas, entre outros.

Em seguida, o trabalho de Taiany Braga Mafertan, intitulado Feira do Lavradio: entre políticas de patrimonialização e lugar de memória na cidade do Rio de Janeiro, reflete sobre a memória cultural na cidade e sua potencialidade turística. Para tanto, a autora combina a pesquisa etnográfica em uma das feiras mais tradicionais da cidade com um aprofundado estudo acerca das políticas públicas de patrimonialização. Nesse sentido, a histórica capitalidade e a vocação da cidade para os grandes eventos construiu um cenário propício para o fortalecimento da memória cultural por meio do estímulo ao desenvolvimento de uma agenda perene de eventos culturais endógenos.

Encerra o segundo volume deste dossiê uma análise documental do Regulamento da X Feira Internacional de Amostras, ocorrida em 1937. Andrea Coelho Machado, Miguel Mattos e Vinicius de Albuquerque apresentam o documento cujo objetivo era instruir as empresas que desejassem participar da exposição. Trata-se da fonte oficial mais detalhada no que diz respeito à descrição e à quantidade de informações sobre um dos mais longevos eventos internacionais sediados na cidade do Rio.

Por fim, cumpre agradecer a participação de todos os autores, pareceristas e ao corpo técnico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em suas contribuições fundamentais para a publicação deste número.